

ATA DA 12ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2014/2016  
REALIZADA EM SETE DE OUTUBRO DE 2015.

No dia sete do mês de outubro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária – biênio 2014/2016 - do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 11ª reunião – biênio 14/16; 2 – Apresentação da Secretária de Meio Ambiente Debora Blanco Bastos Dias; 3 - Diálogo com a Secretaria de Comunicação e Resultados; 4 - Erosão na Ponta da Praia, com participação do Dr. Daury de Paula Junior; 5 - Comunicados da Secretaria; 6 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SESEG, SEMES, SIEDI, SEAS, SECULT, UNIMONTE, CIESP, ABES, INST. MAR AZUL, ECOFAXINA. Foram justificadas as ausências de SEDES, CIESP. O presidente iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes. A ata, enviada por e-mail para leitura prévia, foi aprovada por unanimidade. Anunciou Sr. Marcus, que explicou estabelecer uma assessoria específica entre a SECOR e a SEMAM. As campanhas são de autoria das Secretarias e anunciadas no Diário Oficial, em páginas centrais, duplas, sobre o tema, o que otimiza o veículo e reduz custos. A mídia eletrônica é anunciada no Facebook e site do D.O. A produção diária dos acontecimentos é distribuída aos outros jornais. Também abertos a parcerias e atividades de outras entidades, ONGs, quando fizerem algum evento com o Poder Público. Sr. Jaime/SOS Orquídeas sugeriu anunciar locais de coleta de resíduos recicláveis com mais frequência. Sra. Paula/FMO, pontuou a solicitação de Sra. Luciana/OAB, para saber por que a SECOR não possui representação no COMDEMA. O presidente explicou que é determinado por lei, pode participar como convidado. Sra. Cynthia Ranieri anunciou evento do Projeto Albatroz de 16 a 18 de outubro com a Prefeitura e Sr. Marcus se dispôs a publicar. Seu e-mail para contato, [marcuscom@uol.com.br](mailto:marcuscom@uol.com.br). Em seguida, Sr. Ademar convidou Sr. Daury para compor a mesa, a fim de discorrer sobre o assunto discutido há pelo menos 5 reuniões, erosão na orla de Santos. Explicou que surgiu na fase de dragagem de manutenção e estudos sobre a dispersão de sedimentos, em áreas contaminadas, inclusive, e este não apontou aumento na velocidade das águas, que seria o fator da erosão. No 2º licenciamento, de aprofundamento, com os mesmos itens analisados, foi revelada certa falha no estudo. E fatos notórios, como a erosão na Ponta da Praia, não deixam dúvidas para o Ministério Público de que é um fator de contribuição. Há a necessidade de avaliar o fator econômico e cultural da área portuária e da cidade, a necessidade de obras de contenção do processo erosivo e possível modificação do perfil. Buscam respostas do Governo Federal, pois a influência antrópica é de responsabilidade dele, abordagens ignoradas em primeiras tentativas, por não ser a única causa, desde a gestão de Sr. Élio Lopes como Secretário de Meio Ambiente do Guarujá. Explicou que após a resposta dos réus, a ação não pode ser modificada, mas ficam livres para proporem outras. Ficou clara a necessidade de estudos especializados, sem vínculo com o causador, CODESP. Com o Secretário Nelson/SEDURB verificaram realizá-los com base em diversos especialistas e a partir das conclusões, fazer licitação. A última novidade, anunciada na Santos Export, é a intenção de um aprofundamento ainda maior, para o qual não adiantaria realizar obras de contenção. Estudos também interessantes ao setor produtivo, que desenhará onde colocará seu investimento. E o componente ambiental precisa ser incluído antes, pois o Governo costuma cuidar do leite que já está derramado. Um exemplo é o Projeto Barnabé/Bagres na margem do Guarujá, estudo feito pela metade, sem análise ambiental. Há 2 empreendimentos sendo analisados, que pelo entendimento do Ministério Público não atendem as condições e viabilidade ambiental, apenas as econômicas, segundo critério do Governo Federal. Ressaltou que o documento atual é institucional, pois partiu

de um pressuposto equivocado. Sr. Ademar perguntou sobre a ação contra a União, IBAMA e CODESP. Sr. Daury respondeu que foi proposta em final de junho, com liminar postergada pelo juiz. Houve recurso e audiência de reconciliação para a CODESP apresentar soluções, que no entendimento do M.P., são contraditórias. Ainda não recebeu informação de sua colega do GAEMA que estuda o efeito da dragagem em âmbito regional, explicou que ele analisa como promotor da cidade. Sr. Ademar perguntou se há algum estudo novo e ele respondeu que não. Sr. Orlando/ONG MARÉ comentou que há proposta da CODESP de estudo de 8 milhões, com limite de 170 m, incluindo contenção. Sr. Daury esclareceu que a região hoje licenciada é o canal próximo à Ilha das Palmas, o que não impede que outro licenciamento seja feito. O Secretário de Assuntos Portuários, Sr. Eduardo Lopes, ressaltou que o porto representa 2/3 da economia e apoiam que a sustentabilidade seja respeitada. Sr. Daury observou que é necessário proteger a praia. Estão em conversa com Dr. Daloya, Secretário Nelson/SEDURB, Secretária Debora/SEMAM, USP e INPH. Sra. Márcia Jovito, advogada da CODESP disse que toda história tem no mínimo duas versões e não consegue, após vários estudos, identificar este nexos causal da dragagem como causador da erosão, com a mesma resposta em outros locais, como a Califórnia. A licença pleiteada é de 220m de largura e 17m de profundidade. O M.P. pede estreitamento, na visão da CODESP, por questão de segurança, a largura deveria ser estendida. Quanto à erosão, o IBAMA emitiu licença com base em estudos anteriores e levantamentos desde a década de 1940, cujos resultados dizem que já existia erosão. Sr. Orlando destacou que as consequências são visíveis e que em reunião com a CODESP, os argumentos foram os mesmos. Sra. Márcia respondeu que a juíza espera ouvir todos para resolver e a CODESP está fazendo estudos detalhados. Sr. Ademar lembrou que a CODESP prometeu se apresentar no COMDEMA até setembro e ainda não o fez. Sr. Fábio Boturão/ASS, com base no caso denunciado pela ONG Maramar sobre a erosão da praia do Góes, e o EIA Rima de "mentirinha" que não retrata a verdade, perguntou qual o entendimento do promotor diante de uma possível deficiência intencional na omissão de informações durante a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, fazendo ainda uma analogia sobre a litigância de má-fé prevista nos processos judiciais. O promotor respondeu que a legislação, por melhor que seja, sem formação cultural, não funciona. Sr. Alexandre/OAB informou que em outros países, se o consultor ambiental falhar, não pode mais exercer a atividade. E no Brasil o consultor tem feito o que o contratante precisa. Sr. Daury explicou que os estudos foram incompletos, por isso o IBAMA também é réu. E que após o licenciamento é preciso continuar o monitoramento. O que o IBAMA solicitou observa as condições sem saber o que esperar, o conjunto de possíveis causas precisa ser muito bem estudado em relação às soluções ambientais, para, então, não excluir a situação de não dragar. Não se pode desenhar o que é importante apenas para o cliente. Os governos são voláteis e suscetíveis às pressões econômicas. Destacou que o projeto que receber a licença prévia deve ser o mesmo que receber a licença de operação, o que não acontece no VLT, por exemplo. Todos os estudos são bem-vindos, para que seja o mais abrangente possível. Sr. Lustoza, como representante dos engenheiros, disse que não precisa ser especialista para constatar a mudança do perfil praias. A curva do canal precisa ser retificada, água não faz curva, bate e reflete, provocando erosão. Houve seminário na AEAS com um dos maiores especialistas do mundo, Grandes Obras Portuárias Molhes e Guias Correntes. O aprofundamento e alargamento não poderiam ser feitos sem guia corrente, foi um trabalho deficitário e esta é a consequência. Disseram que contrataram grandes especialistas e não foi verdade. Sra Márcia perguntou se a AEAS se manifestou na época e ele respondeu que não, pois confiaram no dito que tinham as cabeças mais brilhantes pensando no assunto. Sr. Daury disse que não adianta se dirão só o que o empreendedor quer. E o intuito não é buscar outro nexos causal, mas para corrigir o erro atual, a consequência. Sr. Eduardo/SEPORT explicou que visitaram 3 portos para

estudarem a questão da sustentabilidade e relação porto/cidade. As soluções só foram construídas depois que todos se reuniram. A diretoria está alinhada com outras entidades para solucionar, é preciso direcionar a energia nessa direção. Sr. Ademar anunciou que a casa acompanhará o assunto e estão à disposição. Sr. Paulo/SMS perguntou sobre o VLT e Sr. Daury respondeu que está suspenso no momento. O presidente agradeceu e anunciou a nova Secretária de Meio Ambiente, a arquiteta Debora Blanco. Ela agradeceu e disse que recebeu este desafio novamente, depois de 10 anos, em uma nova SEMAM, com mais funcionários, equipamentos e responsabilidades e que busca por excelência. É uma cidade com visão muito mais crítica, o que faz a gestão melhorar e crescer. Espera trocar muitas informações com o COMDEMA e demais instituições, fará o possível para que a gestão seja a melhor possível neste um ano e 3 meses que faltam para completar a gestão do governo atual e que as portas da Secretaria estão abertas. Sr. Alexandre/OAB disse que espera que tenha estabilidade no cargo para realizar o que pretende. Agradeceu e disse que desde 2013 a SEMAM trata de assuntos transversais com outras secretarias e quase a totalidade dos funcionários participam. A questão da durabilidade não vê como problema. Sr. Ademar colocou o COMDEMA à disposição para somar e que estão honrados se puderem participar desta gestão. No item seguinte a secretária leu os ofícios enviados pela Câmara Municipal, com cópia ao COMDEMA e o presidente destacou que todos do vereador Hugo Dupré. Entre os assuntos gerais, Sra. Paula Canto/FMO comunicou o perigo do envidraçamento da Concha Acústica para os pássaros, que têm colidido e se acidentado, assim como o prédio novo da SABESP próximo ao Orquidário. Refletem o céu e os desorientam. Outra questão são dezenas de cotias que sumiram do Orquidário. Sr. Ademar solicitou esclarecimentos para a próxima reunião. A Secretária Debora adiantou que várias estavam em tratamento, em reclusão. Sr. Jaime colocou a importância de estudos sérios em relação à erosão que também influencia a fauna. Sr. Ademar convidou a todos para evento na AEAS sobre Hidrovias. Sr. Alexandre anunciou que na OAB haverá um sobre Mobilidade Urbana, de 19 a 21 de outubro, sendo um dos temas, o aprofundamento do canal portuário. Sr. Fábio Boturão/ASS anunciou a remada pelo Outubro Rosa, dia 25/10. Sr. Ademar comentou sobre a dificuldade do uso e estacionamento de bicicletas e que o COMDEMA solicita ao Plano Diretor que seja considerado neste projeto. Sr. Carriço/SEDURB trará o assunto na próxima reunião. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR  
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS  
Secretária